

Congresso do MP/RS debaterá futuro da Justiça na era da IA

/ MINISTÉRIO PÚBLICO

Laura Richa

geral@jornaldocomercio.com.br

Entre os dias 5 e 8 de agosto, Gramado será sede do XVII Congresso Estadual do Ministério Público. Promovido pela Associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul (AMP/RS), o evento reunirá juristas, especialistas e pensadores para debater o futuro do sistema de Justiça e os desafios enfrentados pela instituição. Com o tema “O MP e o desafio da inovação: a ética e a segurança no uso das novas tecnologias”, a edição deste ano propõe uma reflexão sobre os impactos da transformação digital na atuação do Ministério Público e na sociedade. A programação abordará temas como Inteligência Artificial (IA), ética, segurança institucional e os efeitos das novas tecnologias sobre o sistema de Justiça. Segundo o promotor de Justiça e presidente da AMP/RS, Fernando Andrade Alves, o congresso “será essencial para a reflexão conjunta e o enfrentamento dos desafios do Ministério Público no cenário atual”.

Jornal da Lei - O congresso acontece em um momento de grandes transformações, tanto na sociedade, quanto no sistema de justiça. O que o evento representa para a instituição?

Fernando Andrade Alves - Neste ano, fizemos um evento voltado ao desafio da inovação. Sabemos que, no serviço público, temos recursos finitos e necessidades infinitas. Então, se vamos ter essa realidade, temos que inovar. E o desafio é inovar, utilizar a IA, mas com ética e com responsabilidade. O Ministério Público não pode simplesmente optar pelo uso sem que isso seja seguro para os dados que nós tratamos e também eficiente para quem está recebendo a atuação. Não podemos desumanizar o nosso trabalho, porque o MP é feito de pessoas, para pessoas.

JL - Como a IA e as novas tecnologias já estão impactando a atuação do Ministério Público?

Alves - Enxergo com muitas oportunidades deixarmos para a IA aquilo que nos dá muito trabalho, mas que não é essencialmente pessoal. Análise de dados, de documentos, aquilo que é possí-



TIAGO COUTINHO/MPRS/JC

Alves crê que o evento é essencial para o enfrentamento dos desafios atuais

vel ser feito por uma máquina, podemos deixar para que ela faça. Mas análise do caso concreto, com a providência a ser adotada, essa parte fica para o ser humano, promotor de justiça e sua equipe. Mas essa divisão e essa escolha é muito difícil. É muito difícil programar e organizar o trabalho sem que a IA queira tomar o espaço do ser humano, porque esse é o trabalho dela. Ela acaba se misturando tanto nas demandas que são apresentadas que acha que é humana, acha que está tomando decisões. E não, no Ministério Público, quem toma decisão é o promotor de justiça, o agente investido em um cargo com responsabilidades, mas também com deveres, e o principal é atender a população.

JL - Como o MP garante que o uso dessas ferramentas fortaleça a atuação da instituição sem comprometer os direitos dos cidadãos, a transparência e a confiança da sociedade?

Alves - Queremos chegar ao final com uma ideia mais presente. O evento é feito para que a gente converse e tenha melhores condições de dar essa resposta. Acredito que podemos entregar para a máquina aquilo que é dela, que não é um trabalho essencialmente humano. Mas a decisão do que fazer entre as alternativas que a máquina vai apresentar, isso somente uma pessoa, um promotor de justiça que reside no local, que conhece a comunidade com a qual ele trabalha pode fazer. Este é o profissional que nós tanto nos orgulhamos de ter no Estado do Rio Grande do Sul, promotores de justiça engajados, que acabam entregando os seus melhores anos à população gaúcha através da

atuação do MP.

JL - A programação do Congresso reúne nomes de diferentes áreas, Direito, Tecnologia e Filosofia. O que essa pluralidade agrega ao debate?

Alves - Essa pluralidade demonstra que não seremos nós falando para nós mesmos. Não podemos traçar um plano de imaginar o futuro sem que venhamos a ouvir setores, autoridades, juristas e pessoas de diferentes formações. Por essa razão, vamos ter palestras com juristas de renome, como o Miguel Reale Júnior, e o Ricardo Cappra, tratando da Ciência e da Filosofia a respeito do tratamento dos dados. Temos também a oportunidade de ouvir a Lisiane Lemos, secretária de inovação do Estado do Rio Grande do Sul, no serviço público, como gestora de inovação e tecnologia. E encerramos com o Fabrício Carpinejar, que vai tratar dessa interação entre o humano e a máquina. A programação é ampla e vai contar com os conselheiros do Conselho Nacional do Ministério Público, que vão tratar sobre a proteção da carreira, sobre o desenvolvimento da carreira do MP.

JL - Que discussões ou encaminhamentos, o senhor espera que saiam de Gramado e que tenham impacto na atuação do MP nos próximos anos?

Alves - Acreditamos que sairemos do congresso com o estabelecimento de premissas básicas de um consenso mínimo do que espera o Ministério Público, do que ele precisa para acompanhar os tempos e para manter a sua essência, que é esse contato com a comunidade, essa identidade entre o promotor de justiça e a comunidade de atendida.

Opinião

Segurança jurídica: entrave ou chance para quem sabe operar o risco?

José Maria Franco de Godoi Neto
Advogado e Mestre em Direito

A insegurança jurídica é frequentemente apontada como um dos principais entraves ao desenvolvimento econômico no Brasil. Mudanças frequentes de interpretação, morosidade do Judiciário e complexidade regulatória compõem um cenário desafiador para empresas e investidores. No entanto, essa leitura, embora correta, pode ser incompleta.

Isso porque parte relevante do problema não está apenas na existência de incerteza, mas na forma como ela é incorporada (ou ignorada) pelas organizações em seus processos decisórios. Em outras palavras, mais do que um obstáculo absoluto, a insegurança jurídica pode se tornar uma variável estratégica para aqueles que sabem operá-la.

A ideia de uma “segurança jurídica ideal”, marcada por previsibilidade plena e estabilidade normativa, é, na prática, inexistente em qualquer jurisdição. Mesmo em economias maduras, empresas lidam com mudanças regulatórias, disputas judiciais e diferentes interpretações legais. A diferença está na capacidade de antecipar, mitigar e precificar esses riscos.

No Brasil, essa capacidade ainda é desigual. Muitas empresas operam sob uma lógica reativa, tratando o jurídico como instância

de resolução de conflitos, e não como ferramenta de estruturação. Com isso, deixam de utilizar instrumentos já disponíveis para reduzir incertezas e aumentar a segurança das operações.

Além disso, a correta precificação do risco institucional permite decisões mais racionais sobre investimento e expansão. Em vez de evitar determinados setores ou mercados por conta da insegurança, empresas mais preparadas ajustam suas expectativas de retorno e estruturam operações compatíveis com o nível de risco envolvido.

Esse movimento é particularmente relevante em um país como o Brasil, onde o prêmio de risco já está embutido em diversas variáveis econômicas, como taxas de juros e custo de capital. Saber navegar esse ambiente pode, inclusive, gerar vantagens competitivas importantes em relação a concorrentes menos preparados.

Empresas que desenvolvem uma cultura de gestão de risco jurídico deixam de ser reféns da incerteza e passam a utilizá-la como elemento estratégico. Em vez de esperar por um ambiente perfeito, constroem, dentro das condições existentes, estruturas mais resilientes e eficientes.

No fim, a diferença não está apenas no ambiente em que se opera, mas na capacidade de compreendê-lo. E de agir com inteligência diante dele.

NOTAS

• A Defensoria Pública do RS promove no dia 4/8 mais uma Oficina da Pessoa Idosa, evento voltado à conscientização e promoção da educação em direitos da população idosa. A atividade é gratuita em formato online, às 13h30min. Dúvidas podem ser enviadas ao e-mail nudepid@defensoria.rs.def.br ou pelo telefone (51) 2126-3044.

• O Instituto dos Advogados do Rio Grande do Sul (Iargrs) promove no dia 3/8, às 18h, a sessão solene que marca a criação dos cursos jurídicos no Brasil e dos institutos de advogados, integrando a programação comemorativa ao centenário da entidade. O evento será realizado no auditório Helena Conti Raya Ibañez, na sede do Iargrs.

Desde 1980 protegendo a inovação para você construir o futuro.

SKO
OYARZÁBAL
MARCAS & PATENTES S/C
Ética • Dinamismo • Confiabilidade

www.sko.com.br | 51 3342.9323